



nº12/2015 | distribuição gratuita | informação | participação | cidadania - Edição da Câmara Municipal de Alvaiázere



boletim MUNICIPAL

dezembro

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Alvaiázere | Diretor: Célia Margarida Gomes Marques (presidente) | Processamento e organização de conteúdos: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Cordenação, paginação, revisão e distribuição: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Periodicidade: Mensal | Tiragem: 50 exemplares | ISSN: 2182-8636 | Depósito legal: 212350/04

CÂMARA MUNICIPAL

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02 DE
DEZEMBRO DE 2015**

DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO COM A SOCIEDADE FILARMÓNICA ALVAIAZERENSE DE SANTA CECÍLIA - AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE VIATURA MUNICIPAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1-Aprovar a celebração de Protocolo de Cooperação com a Sociedade Filarmónica Alvaiazerense de Santa Cecília, de acordo com a minuta apresentada, que prevê a autorização de utilização das seguintes viaturas municipais:

Nissan Primastar com matrícula 85-CQ-78;

Renault Clio com a matrícula 51-LR-80;

2-A utilização prevista no protocolo será operacionalizada num quadro de exigente utilização e racionalização de recursos, para um maior rigor e eficácia da sua gestão, de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais da boa conservação e manutenção do património público, prossecução do interesse público e da legalidade, conforme consta das minutas de cedência de viatura;

3 – Delegar competências para a outorga do Protocolo à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO COM O GRUPO DESPORTIVO DE ALVAIÁZERE - AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE VIATURA MUNICIPAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1-Aprovar a celebração de Protocolo de Cooperação com o Grupo Desportivo de Alvaíazere de Santa Cecília, de acordo com a minuta apresentada, que prevê a autorização de utilização das seguintes viaturas municipais:

Renault Trafic com a matrícula 39-CV-10;

Nissan Primastar com matrícula 85-CQ-78;

2-A utilização prevista no protocolo será operacionalizada num quadro de exigente utilização e racionalização de recursos, para um maior rigor e eficácia da sua gestão, de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais da boa conservação e manutenção do património público, prossecução do interesse público e da legalidade, conforme consta da minuta de cedência de viaturas;

3 – Delegar competências para a outorga do Protocolo à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO URBANA DA RUA JOSÉ AUGUSTO MARTINS RANGEL - SEICEIRA E LIGAÇÕES" -DOAÇÕES DE PARCELAS DE TERRENO

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1-De acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aceitar a doação das seguintes parcelas de terreno:

a)111,34m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 301 da freguesia e concelho de Alvaíazere, descrito Conservatória do Registo Predial sob o n.º 425 da freguesia de Alvaíazere, propriedade de Rui Serafim Silva Rodrigues Marques Grácio, residente em Rua Villa Rominha, n.º 56, Casal Novo, 3250-370 Pussos, de Celestina Maria Silva Rodrigues Marques Grácio Freitas Lagoa, residente em Rua Dona Virgínia Peres 54, Cabaços, 3250-361 Pussos, e de José António Silva Rodrigues Marques Grácio, residente em Cabaços, 3250 Pussos;

b) 93,55m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 300 da freguesia e concelho de Alvaiázere, não descrito Conservatória do Registo Predial, propriedade de Maria de Lourdes Ferreira de Lonet Delgado e Oliveira, residente na Rua Mouzinho Albuquerque, n.º 41, 4, 4490-409 Póvoa de Varzim;

c) 87,25m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 299 da freguesia e concelho de Alvaiázere, não descrito Conservatória do Registo Predial, propriedade de Maria de Lourdes Ferreira de Lonet Delgado e Oliveira, residente na Rua Mouzinho Albuquerque, n.º 41, 4, 4490-409 Póvoa de Varzim;

d) 59,32m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 414 da freguesia e concelho de Alvaiázere, não descrito Conservatória do Registo Predial, propriedade de Carlos Manuel da Silva Almeida, residente na Rua Alexandre Cabral, n.º 12, 4.º esq., Alto de Tercena, 2745-898 Queluz;

e) 62,56m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 253 da freguesia e concelho de Alvaiázere, descrito Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1875 da freguesia de Alvaiázere, propriedade de José Marques da Silva Veríssimo, residente em Fonte de Freixo, 3250-148 Alvaiázere;

f) 36,07m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 252 da freguesia e concelho de Alvaiázere, descrito Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1942 da freguesia de Alvaiázere, propriedade de José Marques da Silva Veríssimo, residente em Fonte de Freixo, 3250-148 Alvaiázere;

g) 36,95m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 251 da freguesia e concelho de Alvaiázere, descrito Conservatória do Registo Predial sob o n.º 189 da freguesia de Alvaiázere, propriedade de José Marques da Silva Veríssimo, residente em Fonte de Freixo, 3250-148 Alvaiázere;

h) 72,53m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 250 da freguesia e concelho de Alvaiázere, descrito

Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3103 da freguesia de Alvaiázere, propriedade de José Marques da Silva Veríssimo, residente em Fonte de Freixo, 3250-148 Alvaiázere;

i) 52,45m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 249 da freguesia e concelho de Alvaiázere, descrito Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3187 da freguesia de Alvaiázere, propriedade de José Marques da Silva Veríssimo, residente em Fonte de Freixo, 3250-148 Alvaiázere;

j) 68,85m² do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 248 da freguesia e concelho de Alvaiázere, descrito Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3188 da freguesia de Alvaiázere, propriedade de José Marques da Silva Veríssimo, residente em Fonte de Freixo, 3250-148 Alvaiázere.

2-Delegar competências na Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal – Célia Margarida Gomes Marques – para outorgar as competentes declarações a emitir para a Conservatória do Registo Predial, bem como para a Autoridade Tributária e Aduaneira, com vista à integração das parcelas de terreno no domínio público municipal;

3-Propor, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, à Assembleia Municipal a afetação das parcelas cedidas ao domínio público municipal;

4-Aprovar a despesa €147,00 (cento e quarenta e sete euros) com o n.º sequencial de cabimento 11604, com a classificação orgânica: 0102 e Classificação económica 020225. Apesar de existirem, nesta data, fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA uma vez que, o comprovativo da titularidade dos terrenos é um dos documentos obrigatórios para

encerramento da candidatura já aprovada pelo "Mais Centro".
(Aprovado por maioria)

**PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILÃO
DESPORTIVO DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

- 1-Autorizar a utilização do espaço em questão, nos dias e horários solicitados;
- 2-Isentar o pagamento das taxas previstas pelo facto de se tratar de uma associação sem fins lucrativos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Alvaiázere.

(Aprovado por unanimidade)

**COORGANIZAÇÃO DAS MONTARIAS DA ZONA
DE CAÇA MUNICIPAL COM AS ASSOCIAÇÕES
CINEGÉTICAS DO CONCELHO DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

- 1 – Aprovar o protocolo a celebrar entre o Município de Alvaiázere e a Moster Caça, para a realização do evento cinegético do dia 12 de dezembro de 2015;
 - 2 – Aprovar a atribuição de um apoio de €1.000,00 (mil euros, que deverá onerar a rubrica 0102/040701, GOP: 02/007//2015/5040. Apesar de existirem, nesta data, fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente à despesa é superior à LCPA uma vez que se trata de um evento que se revela como um instrumento fundamental no ordenamento cinegético do Concelho de Alvaiázere.
 - 3 - Delegar competências na Senhora Presidente da Câmara Municipal para a outorga deste protocolo.
- (Aprovado por unanimidade)

**RECUPERAÇÃO DA ALDEIA DE PARADELAS -
1ª FASE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, autorizar a referida liberação da caução da empreitada «Recuperação da aldeia de Paradelas», executada pelo empreiteiro Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos, Lda. (JRSF), na percentagem de 15%.

(Aprovado por maioria)

**RECEÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA
"ALARGAMENTO, CORREÇÃO E
REPAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA ENTRE
PELMÁ E REGO DA MURTA, PELA CORTIÇA -
1.ª FASE"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

- 1-Dar o seu acordo à receção definitiva da empreitada "Alargamento, correção e repavimentação da entrada entre Pelmá e Rego da Murta, pela Cortiça – 1ª fase", adjudicada à empresa Sociedade de Construções Elimur, Lda., conforme o auto de receção definitivo devidamente outorgado pelos intervenientes no processo;
- 2- Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, na sua atual redação, proceder à libertação das garantias bancárias.

(Aprovado por maioria)

**RECEÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA
"MELHORAR PAVIMENTO DA ESTRADA
ENTRE CASAL NOVO E VALE DE TÁBUAS
(SLURRY)"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

- 1-Dar o seu acordo à receção definitiva da empreitada "Melhorar pavimento da estrada entre Casal Novo e Vale de Tábuas (slurry)", adjudicada à empresa Sociedade de Construções Elimur, Lda., conforme o auto de receção definitivo devidamente

outorgado pelos intervenientes no processo;

2- Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, na sua atual redação, proceder à libertação das garantias bancárias.

(Aprovado por maioria)

**RECEÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA
"MELHORAMENTO, CONSERVAÇÃO E
REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA - VIAÇÃO
RURAL DE LIGAÇÃO DE LAMEIRÃO A
LUMIAR"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1-Dar o seu acordo à receção definitiva da empreitada "*Melhoramento, conservação e reparação da rede viária – Viação Rural de ligação de Lameirão a Lumiar*", adjudicada à empresa Sociedade de Construções Elimur, Lda., conforme o auto de receção definitivo devidamente outorgado pelos intervenientes no processo;

2- Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, na sua atual redação, proceder à libertação das garantias bancárias.

(Aprovado por maioria)

**RECEÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA
"MELHORAMENTO, CONSERVAÇÃO E
REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA - VIAÇÃO
RURAL DE LIGAÇÃO DE BOFINHO A ALDEIA
DO BOFINHO"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1-Dar o seu acordo à receção definitiva da empreitada "*Melhoramento, conservação e reparação da rede viária – Viação Rural de ligação de Bofinho a Aldeia do Bofinho*", adjudicada à empresa Sociedade de Construções Elimur, Lda., conforme o auto de receção definitivo devidamente outorgado pelos intervenientes no processo;

2- Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de

março, na sua atual redação, proceder à libertação das garantias bancárias.

(Aprovado por maioria)

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE
DEZEMBRO DE 2015**

**PRESCRIÇÃO DOS PROCESSOS E DÍVIDAS DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
FORNECIMENTO DE ÁGUA, DE RECOLHA E
TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, tendo em conta a informação supra referenciada e o parecer emitido pelo Gabinete Jurídico que presta assessoria à Câmara Municipal, com o registo de entrada no SGD n.º 4951, em 04/12/2015:

1. Declarar prescritos os processos e as dívidas pelos serviços prestados de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos, identificados na tabela que acompanhava a informação supra referenciada, pelo decurso do prazo legal para a sua cobrança coerciva, nos termos dos artigos 10º da Lei n.º 23/96, e 49º, nºs 1, 3 e 4, da LGT, e art.º 38.º da Norma de Controlo Interna da CMA, tendo em conta que a prossecução destes processos, a ser contestada em tribunal, seria ganha pelos utentes por prescrição do direito ao recebimento, devendo, assim, ser anulados os respetivos débitos ao tesoureiro (receita virtual) e respetivas certidões de dívida e arquivados os processos de execução fiscal;

2. Solicitar aos serviços de gestão financeira que procedam, contabilisticamente, à anulação destes montantes nas respetivas contas onde os mesmos se encontram registados;

3. Proceder à notificação da declaração de prescrição dos processos aos utentes, a efetuar por anúncio no boletim municipal, nos termos conjugados das alíneas d) do n.º 1 e n.º 4, ambos do art.º 112.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro –

Código do Procedimento Administrativo (CPA);

4. Mandar elaborar, em 30 dias, para apresentação à Câmara Municipal, um manual de procedimento interno, com vista a fazer-se cumprir atempadamente os trâmites legais de cobrança dos preços devidos pelos serviços referidos.

(Aprovado por maioria)

**REGULAMENTO DO PROJETO ALVAIÁZERE
VIVA – FÉRIAS DESPORTIVAS E CULTURAIS
– APROVAÇÃO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Aprovar o Regulamento do Projeto Alvaiázere Viva – Férias Desportivas e Culturais, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro;
2. Submeter o supra citado regulamento à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto nas alíneas g) e j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro;
3. Após aprovação deste regulamento pela Assembleia Municipal, deverá o presente regulamento ser publicitado no diário da república, em cumprimentos do disposto no art.º 139.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

(Aprovado por unanimidade)

**ATRIBUIÇÃO TEMPORÁRIA DE HABITAÇÃO
SOCIAL – ART.º 14.º DA LEI N.º 81/2014,
DE 19 DE DEZEMBRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente exarado a 11/12/2015, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, no qual determinava a atribuição temporária de uma habitação social, tipologia T2, sita em Rua Professor Francisco dos Santos Almeida, nº7 , 2ºandar, fração E, à mãe, Maria Noémia Cristóvão Santo da Graça,

contribuinte n.º 219468885 e aos dois filhos menores, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 14.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, conjugado com a alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como a aprovação do contrato outorgado, devendo o serviço de ação social dar conhecimento ao IHRU.

(Aprovado por unanimidade)

**EMPREITADA DE “TAPETE EM RUA DA
PESQUEIRA – 2.ª FASE”- RECEÇÃO
DEFINITIVA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Dar o seu acordo à receção definitiva da empreitada “ *Tapete em Rua da Pesqueira - 2.ª fase*”, adjudicada à empresa Calado e Duarte, Lda, Lda, conforme o auto de receção definitiva devidamente outorgado pelos intervenientes no processo, remetido em anexo, nos termos do art.º 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, na sua atual redação;
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 229.º do decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, na sua atual redação, proceder à libertação das garantias bancárias.

(Aprovado por maioria)

**SANEAMENTO DE MAÇÃS DE DONA MARIA –
REDE DE ESGOTOS – 2.ª FASE – LIBERAÇÃO
DE CAUÇÃO (DECRETO-LEI N.º 190/2012,
DE 22 DE AGOSTO)**

A Câmara Municipal tomou conhecimento, e deliberou, mandar proceder a libertação da caução prestada pela empresa Calado e Duarte, Lda., que corresponde a 60% do valor da adjudicação para a empreitada “*Saneamento de Maças de D. Maria – Rede de esgotos – 2ª fase*”, nos termos do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto.

(Aprovado por unanimidade)

**LIGAÇÃO DA E.N. 110 EM CABAÇOS
(ALVAIÁZERE), POR SÃO JORDÃO, AO
CONCELHO DE FERREIRA DO ZÊZERE -
LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO (DECRETO-LEI N.º
190/2012, DE 22 DE AGOSTO)**

A Câmara Municipal tomou conhecimento, e deliberou, mandar proceder a liberação da caução prestada pela empresa Sociedade de Construções Elimur, Lda, que corresponde a 90% do valor da adjudicação para a empreitada "*Ligação da E.N. 110 em Cabaços (Alvaiázere) , por São Jordão, ao Concelho de Ferreira do Zêzere*", nos termos do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto.

(Aprovado por unanimidade)

**REQUALIFICAÇÃO URBANA DE CABAÇOS -
LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO (DECRETO-LEI N.º
190/2012, DE 22 DE AGOSTO)**

A Câmara Municipal tomou conhecimento, e deliberou, mandar proceder a liberação da caução prestada pela empresa Sociedade de Construções Elimur, Lda., que corresponde a 30% do valor da adjudicação para a empreitada "*Requalificação Urbana de Cabaços*", nos termos do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto.

(Aprovado por unanimidade)

**EMPREITADA DE "REMODELAÇÃO DA
ESCOLA PRIMÁRIA DE VENDA DO PRETO –
CENTROS DE INTERPRETAÇÃO – MINI
UNIDADES DE ALOJAMENTO" – CONTA
FINAL E CONTA FINAL FINANCEIRA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, com base na informação técnica, deliberou:

1. Aprovar a conta final e a conta final financeira da empreitada de "*Remodelação de Escola Primária de Venda do Preto - Centros de Interpretação - Mini Unidades de Alojamento*", executada pela firma Construções Pelmanense, Lda., de acordo com o disposto nos artigos 399º e 400º do Código dos Contratos Públicos (CCP),

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

2. O envio da conta final da empreitada ao empreiteiro, no prazo de 15 dias, podendo este proceder à sua assinatura ou, discordando da mesma apresentar reclamação fundamentada, nos termos do art.º 401º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

(Aprovado por maioria)

**EMPREITADA DE "REMODELAÇÃO DA
ESCOLA PRIMÁRIA DE BOFINHO – CENTROS
DE INTERPRETAÇÃO – MINI UNIDADES DE
ALOJAMENTO" - CONTA FINAL E CONTA
FINAL FINANCEIRA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, com base na informação técnica, deliberou:

1. Aprovar a conta final e a conta final financeira da empreitada de "*Remodelação de Escola Primária do Bofinho - Centros de Interpretação - Mini Unidades de Alojamento*", executada pela firma Miriobras - Construção Civil, Obras Públicas e Assistência Técnica, Lda., de acordo com o disposto nos artigos 399º e 400º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

2. O envio da conta final da empreitada ao empreiteiro, no prazo de 15 dias, podendo este proceder à sua assinatura ou, discordando da mesma apresentar reclamação fundamentada, nos termos do art.º 401º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

(Aprovado por maioria)

**EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO,
MELHORIA E PAVIMENTAÇÃO DA REDE
VIÁRIA MUNICIPAL" – RECEÇÃO
PROVISÓRIA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, de harmonia com o constante no auto de receção provisória, bem como no auto de vistoria para efeitos de receção provisória e nos termos do preceituado no artigo 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março deliberou, dar acordo à receção provisória

da empreitada de "Requalificação, Melhoria e Pavimentação da Rede Viária Municipal", executada pela empresa Sociedade de Construções Elimur, Lda.

(Aprovado por maioria)

**CONCESSÃO DE NOVO PRAZO PARA
EMIÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA DE
CONSTRUÇÃO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, deliberou, declarar a não caducidade do processo de obras n.º n.º 28/2013, titulado por Humberto Fernandes Alves, Lda. e a concessão de um novo prazo, de 30 dias, para o requerente solicitar a emissão do alvará de licença de construção e proceder ao seu respetivo levantamento.

(Aprovado por unanimidade)

**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA
AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO - DECRETO-
LEI N.º 96/2013, DE 19 DE JULHO –
CÓDIGO DE REGISTO N.º PR.006560.2015**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, sendo cumprido integralmente o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua 5ª versão, atualizada pelo Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio, assim como, o cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 166/2008 de agosto alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, nos termos da informação técnica prestada, deliberou, concordar com o projeto apresentado, emitindo parecer favorável.

(Aprovado por maioria)

**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA
AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO - DECRETO-
LEI N.º 96/2013, DE 19 DE JULHO –
CÓDIGO DE REGISTO N.º PR.006526.2015**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, sendo cumprido integralmente o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua 5ª versão, atualizada pelo Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio, assim como, o

cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 166/2008 de agosto alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, nos termos da informação técnica prestada, deliberou, concordar com o projeto apresentado, emitindo parecer favorável.

(Aprovado por maioria)

**PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE
COMPROPRIEDADE – ARTIGO RÚSTICO N.º
7698 DA FREGUESIA DE ALVAÍZERE**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, dar parecer favorável à constituição de compropriedade no prédio descrito na informação técnica supra transcrita, devendo, para o efeito, emitir-se a respetiva certidão.

(Aprovado por maioria)

**EMPREITADA: "CAMINHOS FLORESTAIS
DA REDE VIÁRIA FLORESTAL DO PMDF
CONTRA INCÊNDIOS – FREGUESIA DE
PELMÁ E ALMOSTER" - RECEÇÃO
PROVISÓRIA DA EMPREITADA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, de harmonia com o constante no auto de receção provisória, bem como no auto de vistoria para efeitos de receção provisória e nos termos do preceituado no artigo 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março deliberou, dar acordo à receção provisória da empreitada de " *Caminhos florestais da Rede Viária Florestal do PMDF contra incêndios – freguesia de Pelmá e Almoster*", executada pela empresa Sociedade de Construções Elimur, Lda.

(Aprovado por maioria)

**EMIÇÃO DE PARECER PRÉVIO
VINCULATIVO – ART.º 73.º DA LEI N.º 83-
C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO –
“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA DE
ELEVADORES”**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, tendo por base a informação presente à Reunião de Câmara, com a qual concordou, deliberou:

1. Emitir parecer prévio favorável quanto ao procedimento de aquisição de serviços de manutenção e assistência de elevadores, em conformidade com o previsto no art.º 75.º da LOE/2015, uma vez que estão cumpridos os seguintes requisitos: a) Está descrito o contrato e seu objeto, estando demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso à modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; b) Existe cabimento, o qual deverá onerar a seguinte classificação orçamental: 0102/020219 e GOP: 02/012/2013/5032; Está justificado a escolha do procedimento, nomeadamente o recursos ao concurso público; não é possível identificar a contraparte, pois trata-se de um concurso público; está demonstrado o cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 9 e 10 do artigo 75.º, ambos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, constando esta redução da informação presente à Câmara Municipal;

2. Aprovar a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do art.º 22.º do Decreto-Lei nº 22/2015, de 17 de março, conjugado com o art.º 22.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho e com as normas de execução orçamental, aprovadas pela Assembleia Municipal, na sua Sessão ocorrida a 26 de

novembro de 2014, prevendo-se a seguinte distribuição de despesa:

2015	dez.	€147,60
2016	Jan. a dez.	€ 1.771,20
2017	Jan. a set.	€1.328,40
Total		€ 3.247,20

3. Ainda que, na presente data, o Município apresente fundos disponíveis negativos para a despesa em apreço, a Câmara Municipal entende que o interesse público subjacente a esta despesa é superior ao interesse público da Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso (LCPA), porquanto se trata de uma competência desta Câmara assegurar o funcionamento quer do centro de incubação de negócios, fator de dinamização do Concelho, quer do Centro Escolar de Alvaiázere, onde se concentram a maioria das crianças do Concelho.

(Aprovado por unanimidade)

**PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE
COMPROPRIEDADE – ARTIGO RÚSTICO
N.º 3509 DA FREGUESIA DE PELMÁ**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, dar parecer favorável à constituição de compropriedade no prédio descrito na informação técnica supra citada, devendo, para o efeito, emitir-se a respetiva certidão.

(Aprovado por unanimidade)

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE



Protocolo de colaboração



Entre a Câmara Municipal de Alvaiazero e a Sociedade Filarmónica Alvaiazerense de Santa Cecília

Considerando que:

1. O artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa (VII Revisão Constitucional – 2005) define como competência do estado promover a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com as associações e fundações de fins culturais, coletividades de cultura e recreio, associações de defesa do património cultural, entre outros.
2. O Município de Alvaiázere reconhece que o apoio à cultura, consubstanciado na criação de condições de acesso a atividades culturais, é uma das competências e obrigações das autarquias locais na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas;
3. Um dos eixos fundamentais do desenvolvimento cultural passa, necessariamente, pelo apoio e estímulo às associações culturais do território, pela sua identidade social forte e porque são determinantes para a promoção da cultura;
4. Nesse contexto, compete à Câmara Municipal apoiar ou participar, pelos meios adequados, atividades de natureza social, cultural, desportiva e recreativa de interesse para o município, nos termos da alínea u) do número 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro;
5. A Sociedade Filarmónica Alvaiazerense de Santa Cecília desempenha um papel importante para fomentar o acesso à cultura em Alvaiázere, através da sua escola de música, banda filarmónica e orquestra ligeira;
6. Muitos jovens alunos/elementos são provenientes de agregados familiares carenciados e que necessitam de apoio ao nível dos transportes para participarem nos ensaios e atuações;
7. A associação não dispõe de viaturas próprias que lhe permitam fazer face às necessidades de deslocação identificadas acima e para fazer deslocar os seus elementos para as várias atividades em que participam.
8. A deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de Câmara ocorrida a 02 de Dezembro de 2015, na qual foi aprovado o presente protocolo de cooperação.

Aos 09 dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alvaiázere, no Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO OUTORGANTE

Município de Alvaiázere, com sede em Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, freguesia e concelho de Alvaiázere, pessoa coletiva número 506 605 949, aqui representado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Arq.ª Célia Margarida Gomes Marques, portadora do cartão de cidadão número 11358562 4 ZZ5, válido até 2 de março de 2016, emitido pelo Estado

Português, número de identificação fiscal 166 089 087, casada, licenciada em Arquitetura, natural da freguesia e concelho de Alvaiaçere e residente na Urbanização Quinta Nova, lote 16, 3.º frente, freguesia e concelho de Condeixa-a-Nova, com poderes para o ato, conferidos pela alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 1 de setembro e tendo em conta a deliberação de celebração de protocolo tomada em reunião de Câmara ocorrida a 02 de dezembro do corrente ano.



E,

SEGUNDO OUTORGANTE

Sociedade Filarmónica Alvaiazerense de Santa Cecília, adiante designado por Sociedade Filarmónica ou Segundo Outorgante, com o número de pessoa coletiva 501 658 769, com sede em Rua Conselheiro Dr. Furtado dos Santos, 3250-182 Alvaiaçere, representada pelo Presidente da Direção, Dr. Manuel Francisco Marques da Silva, portador do cartão de cidadão número 4130147 1 ZZ7, válido até 31/ 08/ 2016, número de identificação fiscal 132 093 251, natural da freguesia de Alvaiaçere, concelho de Alvaiaçere, residente na freguesia e concelho de Alvaiaçere, com poderes para o ato conferidos pelo auto de tomada de posse do dia 03 de janeiro de 2014;

É celebrado o presente Protocolo, que se regerá nos termos das cláusulas seguintes:

Primeira

Objeto

- 1- O Primeiro outorgante permite a utilização, pelo Segundo Outorgante, a título de empréstimo, de uma viatura de nove lugares, Marca Nissan Primastar e matrícula 85-CQ-78 e de uma viatura de cinco lugares, Marca Renault Clio e matrícula 51-LR-80.
- 2- A autorização de utilização terá como finalidade única proporcionar ao Segundo Outorgante uma forma de assegurar a deslocação de elementos da associação para participarem em ensaios e atividades da mesma, nos dias de semana e horários definidos na cláusula terceira.

Segunda

Restrições de utilização

O Segundo outorgante não poderá dar às viaturas finalidade diversa da prevista na cláusula anterior, exceto em casos devida e expressamente autorizados pelo Primeiro Outorgante, considerando o interesse público municipal dessa utilização ou cedência.



Terceira

Períodos de utilização

O primeiro Outorgante poderá utilizar as viaturas cedidas para o transporte de jovens alunos/elementos para participarem em ensaios e em atuações:

- a) Viatura de cinco lugares:
 - i) No período do final do dia de todas as sextas-feiras (entre as 18h00 e as 23h59)
 - ii) Todos os sábados e domingos (entre as 09h00 e as 23h59)
- b) Viatura de nove lugares:
 - i) No período da tarde e noite de todos os sábados e domingos (entre as 14h e as 23h59)

Quarta

Prioridade de utilização

1. Terá sempre prioridade sobre a utilização protocolada qualquer necessidade do Município de Alvaiázere ou outra que lhe seja solicitada.
2. Ao Município de Alvaiázere basta comunicar à Associação a necessidade da viatura nos termos previstos no número anterior.

Quinta

Obrigações da Câmara Municipal

Ficam a cargo do Primeiro Outorgante as despesas inerentes à manutenção preventiva da viatura, bem como o seguro automóvel de responsabilidade civil e danos próprios.

Sexta

Obrigações da Sociedade Filarmónica

- 1- Assegurar motorista para a viatura e certificar-se de que este é detentor das habilitações necessárias para a condução da mesma;
- 2- Garantir que os transportes a efetuar cumprem as normas de segurança impostas por lei;
- 3- Assumir as despesas decorrentes de danos que se venham a verificar aquando da utilização das viaturas pela Sociedade Filarmónica durante a vigência do presente

protocolo que não sejam os normalmente decorrentes do uso prudente e cuidado da mesma.

**Sétima
Vigência**

O Presente Protocolo entra em vigor no dia imediato ao da sua assinatura e vigorará até que seja denunciado por qualquer uma das partes;

**Oitava
Resolução**

A violação, por qualquer uma das partes, das cláusulas constantes do presente Protocolo, assim como o incumprimento das obrigações que dele emergem, constitui fundamento de resolução do mesmo.

A minuta deste protocolo foi aprovada pela Câmara Municipal em 02 de dezembro de 2015.

Ambos os outorgantes declararam ficar cientes das obrigações resultantes do presente protocolo para as entidades que representam, cujos termos integralmente aceitam, pelo que vão assinar.

Feito na Vila de Alvaiaçere, em duplicando, aos 09 de dezembro de 2015

A Presidente da Câmara Municipal de Alvaiaçere


Célia Margarida Gomes Marques, Arq.

O Presidente da Direção do Sociedade Filarmónica Alvaiazerense de Santa Cecília
Soc. Filarmónica Alvaiazerense de Santa Cecília
Rua Cons. Furtado dos Santos
1120-112 ALVAIAÇERE



Manuel Francisco Marques da Silva, Dr.

Feito em duplicado, a 09 de dezembro de 2015



CÂMARA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE



Protocolo de colaboração



Entre a Câmara Municipal de Alvaiaçere e o Grupo Desportivo de Alvaiaçere

Considerando que:

1. O artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa (VII Revisão Constitucional – 2005) prevê o direito à cultura física e ao desporto, incumbindo ao Estado, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto;
2. O Município de Alvaiázere reconhece que a promoção e apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições da prática desportiva, é uma das competências e obrigações das autarquias locais na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas e, designadamente, no direito a uma política desportiva consignada no princípio constitucional do Desporto para Todos;
3. À luz do princípio enunciado e consciente de que as autarquias locais se encontram melhor posicionadas para a definição das medidas adequadas ao estímulo e ao apoio do desenvolvimento desportivo das respetivas populações, através da promoção de um verdadeiro acesso à prática desportiva, o município de Alvaiázere tem vindo a desenvolver, ao longo dos anos, alguns instrumentos de apoio ao associativismo desportivo;
4. Um dos eixos fundamentais do desenvolvimento desportivo passa, necessariamente, pelo apoio e estímulo aos Clubes e Associações Desportivas, células base do associativismo desportivo que, para além de portadoras de uma identidade social forte, são polos dinamizadores da prática desportiva, colmatando nesse setor deficiências do próprio sistema desportivo nacional;
5. A concretização destas atividades está indissociavelmente ligada à dinâmica da sociedade civil em geral e das estruturas desportivas em particular;
6. Nesse contexto, compete à Câmara Municipal apoiar ou participar, pelos meios adequados, atividades de natureza social, cultural, desportiva e recreativa de interesse para o município, nos termos da alínea u) do número 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro;
7. O Grupo Desportivo de Alvaiázere desempenha um papel importante para fomentar a prática e o desenvolvimento desportivo em Alvaiázere.
8. Muitos desportistas dos escalões mais jovens são provenientes de agregados familiares carenciados e que necessitam de apoio ao nível dos transportes para os treinos e jogos;
9. A associação não dispõe de viaturas próprias que lhe permitam fazer face às necessidades de deslocação identificadas acima e para fazer deslocar os atletas para as várias atividades e eventos desportivos em que participam.
10. O interesse mútuo e as vantagens recíprocas que existem nessa cooperação.
11. A deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de Câmara ocorrida a 02 de Dezembro de 2015, na qual foi aprovado o presente protocolo de cooperação.

Aos 09 dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alvaiázere, no Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO OUTORGANTE

Município de Alvaiázere, com sede em Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, freguesia e concelho de Alvaiázere, pessoa coletiva número 506 605 949, aqui representado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Arq.^a Célia Margarida Gomes Marques, portadora do cartão de cidadão número 11358562 4 ZZ5, válido até 2 de março de 2016, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 166 089 087, casada, licenciada em Arquitetura, natural da freguesia e concelho de Alvaiázere e residente na Urbanização Quinta Nova, lote 16, 3.º frente, freguesia e concelho de Condeixa-a-Nova, com poderes para o ato, conferidos pela alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 1 de setembro e tendo em conta a deliberação de celebração de protocolo tomada em reunião de Câmara ocorrida a 02 de dezembro do corrente ano.



E,

SEGUNDO OUTORGANTE

Grupo Desportivo de Alvaiázere, adiante designado por GDA ou Segundo Outorgante, com o número de pessoa coletiva 500 893 926, com sede em Estádio Municipal de Alvaiázere, 3250-107 Alvaiázere, representada pelo Presidente da Direção, José Carlos Fernandes Castelhão, portador do cartão de cidadão número 09663436 7ZZ9, válido até 19/ 12/ 2016, número de identificação fiscal 190808675, natural da freguesia de Pussos, concelho de Alvaiázere, residente na freguesia e concelho de Alvaiázere, com poderes para este ato conferidos pelo auto de tomada de posse no dia 19 de junho de 2015;

É celebrado o presente Protocolo, que se regerá nos termos das cláusulas seguintes:

Primeira

Objeto

- 1- O Primeiro outorgante permite a utilização, pelo Segundo Outorgante, a título de empréstimo, de duas viaturas de nove lugares, marcas Renault Trafic e Nissan Primastar e matrículas 39-CV-10 e 85-CQ-78, respetivamente.
- 2- A autorização de utilização terá como finalidade única proporcionar ao Segundo Outorgante uma forma de assegurar a deslocação de atletas dos vários escalões da associação para participarem em atividades da mesma, nos dias de semana e horários definidos na cláusula terceira.

Segunda

Restrições de utilização

O Segundo outorgante não poderá dar às viaturas finalidade diversa da prevista na cláusula anterior, exceto em casos devida e expressamente autorizados pelo Primeiro Outorgante, considerando o interesse público municipal dessa utilização ou cedência.



Terceira

Períodos de utilização

O primeiro Outorgante poderá utilizar as viaturas cedidas para o transporte de atletas para participarem nos treinos e em competições:

- a) No período da manhã de todos os sábados e domingos (entre as 9h00 e as 14h00);
- b) No período do final do dia de todas as terças e sextas-feiras (entre as 20h00 e as 21h00).

Quarta

Prioridade de utilização

1. Terá sempre prioridade sobre a utilização protocolada qualquer necessidade do Município de Alvaiázere ou outra que lhe seja solicitada.
2. Ao Município de Alvaiázere basta comunicar à Associação a necessidade da viatura nos termos previstos no número anterior.

Quinta

Obrigações da Câmara Municipal

Ficam a cargo do Primeiro Outorgante as despesas inerentes à manutenção preventiva da viatura, bem como o seguro automóvel de responsabilidade civil e danos próprios.

Sexta

Obrigações do GDA

- 1- Assegurar motorista para a viatura e certificar-se de que este é detentor das habilitações necessárias para a condução da mesma;
- 2- Garantir que os transportes a efetuar cumprem as normas de segurança impostas por lei;
- 3- Assumir as despesas decorrentes de danos que se venham a verificar aquando da utilização da viatura pelo GDA durante a vigência do presente protocolo que não sejam os normalmente decorrentes do uso prudente e cuidado da mesma.

Sétima

Vigência

O Presente Protocolo entra em vigor no dia imediato ao da sua assinatura e vigorará até que seja denunciado por qualquer uma das partes;

**Oitava
Resolução**

A violação, por qualquer uma das partes, das cláusulas constantes do presente Protocolo, assim como o incumprimento das obrigações que dele emergem, constitui fundamento de resolução do mesmo.

A minuta deste protocolo foi aprovada pela Câmara Municipal em 02 de dezembro de 2015.

Ambos os outorgantes declararam ficar clientes das obrigações resultantes do presente protocolo para as entidades que representam, cujos termos integralmente aceitam, pelo que vão assinar.

Feito na Vila de Alvaiaçere, em duplicando, aos 09 dias do mês de dezembro de 2015

A Presidente da Câmara Municipal de Alvaiaçere


Célia Margarida Gomes Marques, Arq.

O Presidente da Direção do Grupo Desportivo de Alvaiaçere


GRUPO DESPORTIVO
ALVAIAÇERE
N.º 500 893
JOSÉ Carlos Fernandes Castelão
FUNDADO EM 1971

Feito em duplicado, a 09 de dezembro de 2015



Considerando que:

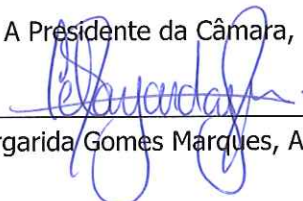
- No período natalício e de ano novo é tradicional a deslocação de muitas pessoas para fora dos seus locais de residência, tendo em vista a realização de convívios familiares;
- O disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estipula que é competência do Presidente da Câmara Municipal "Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais";

Assim, determino:

- A concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções no Município de Alvaiázere, nos dias 24 de dezembro de 2015 (quinta-feira); e o dia 31 de dezembro de 2015 (quinta-feira) ou 4 de janeiro de 2016 (segunda-feira);
- Os trabalhadores que, por motivo de serviço, seja impossível gozar o dia 31 e dezembro ou 4 de janeiro, deverão articular um dia alternativo com os responsáveis dos respetivos serviços e comunicar ao serviço de pessoal.

Município de Alvaiázere, 01 de dezembro de 2015.

A Presidente da Câmara,



(Célia Margarida Gomes Marques, Arquiteta)